

19

CAPÍTULO

SUBSÍDIOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS PARA ANÁLISE DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Edinara Kunz e Silva¹

Sidelmar Alves da Silva Kunz²

Resumo: O propósito deste artigo é analisar a gestão escolar democrática à luz da Teoria das Representações Sociais. Para tanto, buscou-se refletir sobre o processo de gestão democrática na escola. Nesse sentido, assinala-se que a visão de mundo dos indivíduos (orientada por fatos inerentes) é fator que dinamiza a gestão escolar e que a efetivação dessa gestão passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento das representações desses indivíduos em relação ao tema e pela

1 Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil e SEDHS(DF)

2 Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão, Catalão/GO, Brasil e INEP/MEC

E-mail de contato: edinara.kunz@gmail.com, sidel.gea@gmail.com

(re)construção dessa representação no imaginário deles. Ou seja, a própria constituição da gestão democrática na escola é um ato educativo de (re)constituição de representações sociais e de imaginários.

Palavras-chave: Representações Sociais. Sociedade. Gestão Escolar Democrática

Abstract. The purpose of this paper is to analyze the democratic school management to the Theory of Social Representations, therefore, sought to reflect on the process of democratic management in school. In this sense, it is noted that the worldview of individuals (driven by inherent facts) is a factor that boosts the school management and the effectiveness of this management goes, first, the recognition of representations of these individuals in relation to the theme and the (re)construction of this representation in the imagination of the same. That is, the very constitution of democratic management in school is an educational act of (re) establishment of social representations and imaginary.

Keywords: Social Representations. Society. Democratic School Management.

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar com a Teoria das Representações Sociais é nos aproximar e principalmente perceber as nossas ideias, pensamentos e, o mais importante: a nossa visão de mundo. Uma visão marcada por fatos que nos são inerentes, nos tornam dependentes e nem notamos. É a influência das relações sociais, culturais, religiosas e afetivas no nosso dia a dia, que são advindas da nossa vida em sociedade, sofrem interferências da comunicação, transformando o pensamento no que é conhecido por senso comum.

Este artigo sustentado em pesquisa bibliográfica objetiva apresentar o conceito de representações sociais à luz da Teoria das Representações Sociais e analisar a sua utilização na gestão escolar democrática.

Justifica-se como um assunto importante para o entendimento da dinâmica diária de alunos e profissionais envolvidos no processo da formação educativa escolar e para compreender como fazer uso disso para a prática da gestão democrática no ambiente escolar.

2 DAS REPRESENTAÇÕES COLETIVAS ÀS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Émile Durkheim destacou-se em seus trabalhos pelo delineamento do objeto e do método da sociologia. Marcel Mauss também obteve reconhecimento por seus pensamentos quanto à evolução dessa disciplina. O conceito de representação sempre esteve presente em suas teorias, bem como na evolução do pensamento sociológico.

Durkheim, com a intenção de consolidar a sociologia como ciência, afirma que os fatos sociais não podem ser conhecidos por meio de uma interrogação da consciência. A partir dessa concepção, as instituições sociais (em sua grande parte) são herdadas de gerações anteriores, ultrapassando a interrogação com o objetivo de descobrir causas e razões. Ou seja, o importante não é conhecer o que o pensador concebe individualmente de uma instituição, mas, sim, como é a concepção formulada pelo grupo.

Horochovski (2004), ao discutir o pensamento de Durkheim, argumenta que os fatos sociais possuem sua existência independente dos fatos individuais, pois eles são exteriores às consciências individuais, eles existem nas partes porque antes existem no todo, não cabendo, assim, serem objetos da psicologia, mas, da sociologia, à qual cabe analisar os estados da consciência coletiva, suas leis e suas representações.

Em razão dessa diferenciação entre as disciplinas – psicologia e sociologia - e do fato de que a sociedade não pode ser explicada por meio das consciências individuais, é preciso considerar a condição social e não a individual, de modo a garantir a visão de que o mundo é todo feito de representações. Durkheim introduz o conceito das representações coletivas, partindo da compreensão de que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam” (DURKHEIM, 1987, p. XXVI apud HOROCHOVSKI, 2004, p. 94). Essa visão traduz sua leitura da constituição diferenciada do grupo em relação ao indivíduo. Nesse enfoque, o que afeta o indivíduo é de natureza distinta do que afeta o grupo. Dessa forma, as representações que “não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas” (DURKHEIM, 1987, p. XXVI apud HOROCHOVSKI, 2004, p. 94).

É para provar essa afirmação que Durkheim enfatiza que a religião, os mitos e as crenças representam uma realidade diversa da do indivíduo, fazendo com que devam ser estudados de formas diferentes. As formas da vida religiosa na sociedade primitiva, principalmente, pois não há “roupagens” e “ornamentos” em sua prática, demonstram a forte presença da consciência coletiva, definindo as formas de agir e de pensar do grupo, pois, “tudo é comum a todos”. Percebe-se a existência da representação coletiva, estruturada na religião, possibilitando aos indivíduos compreender o mundo de uma forma homogênea. O que demonstra que a religião é um sistema de representações do mundo, uma coisa eminentemente social, representação coletiva que exprime realidade coletiva.

Marcel Mauss também dá devida importância à religião enquanto representação coletiva ao analisar o ritual dos cultos funerários australianos, discutindo os ritos e o luto como expressões de emoções coletivas. Do ponto de vista dele, “não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não

são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais” (MAUSS, 1979, p. 147 apud HOROCHOVSKI, 2004, p. 96). Esses são dotados de manifestações construídas num plano obrigatório e nada espontâneo. Observa-se que Mauss, em suas análises, não nega o sentimento individual, apenas destaca que ele é social e simbólico ao traduzir-se por representações coletivas.

É interessante lembrar que, no entendimento de Durkheim, as categorias básicas do pensamento dos indivíduos têm origem na sociedade e que o conhecimento encontra-se na experiência social, dessa forma, a vida social é a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. Conceitua assim as representações coletivas, as quais designam um conjunto de conhecimentos e crenças. Alexandre (2004, p. 131), ao fazer abordagem à teoria das representações coletivas de Durkheim, discute que a “representação coletiva” não se reduz à soma das representações dos indivíduos que formam a sociedade; ela vai além, forma um novo conhecimento que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Sua principal função é a transmissão da herança coletiva dos antepassados, acrescentando às experiências individuais tudo aquilo que a sociedade acumulou de sabedoria e de ciência ao longo dos anos.

A partir de agora, notamos a divergência de Durkheim com Serge Moscovici na teoria das representações sociais. Pois, para Moscovici (2005), a representação social não é apenas uma herança coletiva dos antepassados, transmitida de forma determinista e estática. O indivíduo possui um papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, ele também participa da sua construção. E Moscovici deixa claro seu contraste com Durkheim ao afirmar:

As representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião etc.), para nós, são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2005, p. 49).

Portanto, para Moscovici, as representações coletivas se constituem a partir de ideias e crenças gerais, enquanto que as representações sociais surgem de algo específico, particular. E é essa a principal discordância entre ambos.

3 COMUNICAÇÃO: UMA PEÇA CHAVE NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Macedo e Passos (2006, p. 3) ao realizarem uma explanação a respeito do conceito de representações sociais, afirmam que elas indicam a existência de um pensamento social resultado de experiências, crenças e trocas de informações

ocorridas no cotidiano dos seres humanos, que elas surgem de uma necessidade e são responsáveis por ajudar na orientação da conduta no dia a dia.

Jodelet conceitua as representações sociais como o saber de sentido comum, uma forma de conhecimento específico ou, em sentido lato, refere-se a uma forma de pensamento social, porque “as representações sociais constituem modalidades de pensamentos práticos orientados para a comunicação, a compreensão e o domínio do meio social, material e ideal” (JODELET, 1998, p. 15 apud MACEDO; PASSOS, 2006, p. 3-4).

Para Jodelet, o estudo das representações sociais precisa ser unido a elementos afetivos, mentais e sociais e integrado, juntamente com a cognição, à linguagem e à comunicação, às relações sociais afetadas por elas e à realidade material, social e das ideias sobre as quais elas irão intervir.

Com a finalidade de abranger os elementos e as relações existentes em uma dada representação, dando conta da complexidade que envolve os termos do seu processo, Spink (1995, p. 89 apud MACEDO; PASSOS, p. 4), ao interpretar Jodelet, diz que se deve formular três questões básicas as quais remetem a três programas de pesquisa: 1) compreender o impacto das correntes de pensamento nas representações sociais dos grupos ou dos indivíduos; 2) entender os processos constitutivos das representações sociais e a sua eficácia no funcionamento social, significando procurar entender, por um lado, o seu papel na orientação dos comportamentos e na comunicação e, por outro, considerá-las como sistema de recepção de novas informações; e 3) identificar o papel das representações sociais nas mudanças sociais, em especial, em termos da constituição de um pensamento social compartilhado.

Destarte, é importante afirmar que as representações não são conceitos prontos, não há consensos, nem fórmulas. Elas dependem do conhecimento de mundo de cada um, e, para ser transmitido, é essencial que ocorra a comunicação.

As representações sociais de determinado objeto social sempre passam por processos de “formação”, em que se observam fenômenos interativos, frutos dos processos sociais do cotidiano. Esses processos ocorrem de forma dinâmica, com a participação de grupos e indivíduos, produzindo e construindo significados e sentidos, os quais serão responsáveis por esses mesmos grupos e indivíduos, elaboradores do pensamento social, (re)avaliarem constantemente problemas e soluções. Tais fenômenos ocorrem porque existe a comunicação, algo tão importante para a interação humana.

Mediante o uso de palavras e de gestos, o homem expressa seus elementos simbólicos. Ao usar as palavras, escritas ou oralmente, os indivíduos explicitam o que pensam, como percebem as situações e as expectativas que possuem. Todas essas mensagens, mediadas pela linguagem, são construídas socialmente e estão ancoradas no âmbito da situação real e concreta daqueles indivíduos que as emitem.

Nos ensinamentos de Serge Moscovici sobre a relação de comunicação e representações fica registrado que “As representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (MOSCOVICI, 2005, p. 8).

O conhecimento produz-se por meio do contato social e da comunicação, cujas expressões estão sempre ligadas aos interesses humanos que estão ali implicados, ou seja, ele nunca surge como algo desinteressado, mas, pelo contrário, procura circunstâncias específicas em grupos de pessoas, também, específicas.

Para Moscovici (2005, p. 22), as representações podem resultar da comunicação, porém, sem a representação, não há a comunicação. Há uma interconexão entre ambas. E, por causa dessa interconexão, as representações podem passar por uma mudança na estabilidade de sua organização e de sua estrutura, dependendo da consistência e da constância dos padrões de comunicação que as mantêm.

A linguagem possui um papel de destaque, haja vista que, na proporção que caracteriza as experiências, ela também as enche de significado, categorizando-as numa totalidade dotada de sentido. E, por ser flexível e expansiva, fornece a possibilidade de objetivação de experiências, imprimindo ordenação a elas e às exteriorizações humanas. Por meio dela, ao longo da história, podemos constatar a dimensão histórica e social da manifestação do saber humano.

Por refletir as condições contextuais dos indivíduos que as elaboram, suas condições socioeconômicas e culturais, faz-se necessário que sejam conhecidos os emissores das representações sociais, não somente as condições de sua subsistência ou de sua situação educacional ou ocupacional. É importante compreendê-lo enquanto ser histórico, inserido em determinada realidade familiar, com expectativas diferenciadas, dificuldades vivenciadas e diversificados níveis de apreensão crítica da realidade, pois as representações do mundo social são sempre determinadas por aqueles interesses dos grupos dominantes.

De acordo com o entendimento de Alexandre (2004, p. 130), as lutas no campo das representações sociais alcançam o mesmo grau de importância que aquelas travadas no âmbito das lutas econômicas. Isso se deve ao fato de estarem na mesma dimensão da compreensão dos “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os seus valores, o seu domínio”.

4 ENFOQUE NA PSICOLOGIA SOCIAL

A psicologia social estuda como e porque as pessoas partilham seus conhecimentos. A justificativa desse enfoque de análise na partilha de conhecimentos se deve ao fato de ela significar meio de constituição de uma realidade em comum, transformando ideias em prática.

A teoria das representações sociais, como afirma Moscovici (2005, p. 24), se mostrou “clara e precisa para apoiar e manter um crescente corpo de pesquisa, através de diversas áreas da psicologia social” e contribuiu para a compreensão de um conjunto de fenômenos sociais.

A representação social, enquanto objeto de estudo da Psicologia Social, permite que seja feita a articulação entre o social e o psicológico por meio de um processo dinâmico, tornando-se, assim, instrumento de compreensão e de transformação da realidade, o que possibilita compreender a formação do pensamento social e antecipar as condutas humanas. Por isso, torna-se fundamental no estudo das ideias e das condutas sociais.

De acordo com Moscovici (2005), a psicologia social é uma manifestação do pensamento científico e entende que compreender consiste em processar informações. Por isso, no momento em que estuda o sistema cognitivo dos indivíduos, pressupõe que os indivíduos classificados como normais possuem a mesma reação que os cientistas diante de determinados fenômenos, pessoas ou acontecimentos.

Entretanto, para ele, existem três fatos contraditórios aí. O primeiro está na observação familiar, aquela em que não conseguimos ver coisas bastante óbvias e que estão diante dos nossos olhos; o segundo encontra-se naqueles fatos que aceitamos sem qualquer discussão e que são básicos ao nosso entendimento e comportamento, porém, quando menos esperamos, transformam-se em meras ilusões; e o terceiro são nossas reações aos acontecimentos e as respostas aos estímulos, as quais estão relacionadas a definições comuns a todos os membros da comunidade em que vivemos.

“De fato, nós somente experienciamos e percebemos um mundo em que, em um extremo, nós estamos familiarizados com coisas feitas pelos homens, representando outras coisas feitas pelos homens e, no outro extremo, com substitutos por estímulos cujos originais, seus equivalentes naturais, tais como partículas ou genes, nós nunca veremos” (MOSCOVICI, 2005, p. 32). Perante essa afirmação de Moscovici, podemos entender que nós, enquanto pessoas “normais” e desprovidas dos instrumentos científicos, analisamos o mundo de maneira semelhante, influenciada pelo contexto em que vivemos, o qual é totalmente social. Tomando isso por base, o que vemos são representações por vezes retorcidas e impostas. Vemos apenas elementos de uma série de reações diante de percepções, opiniões, noções e, até mesmo vidas, todas organizadas em determinada sequência. Essas representações partilhadas por tantas pessoas penetram e influenciam a mente de cada um, mas não são pensadas por eles, elas são “re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas”.

Moscovici (2005) entende que elementos que circulam em uma sociedade, como sistemas de classificação, imagens e descrições (inclusive as científicas), resultam num “elo e prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória

coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente” (MOSCOVICI, 2005, p. 37).

Valle (2008, p. 34-35) realiza uma discussão a respeito da teoria de Moscovici, afirmando que ele atribui às representações sociais quatro funções que exercem papel fundamental nas relações e nas práticas sociais. São as funções de saber, de orientação, identitária, e justificadora. A função de saber aparece no fato de as representações permitirem que os indivíduos compreendam e expliquem a realidade, além de facilitarem a comunicação social. A função de orientação ocorre porque as representações orientam os comportamentos e as práticas sociais. A função identitária caracteriza-se nos grupos, por meio das representações, elaborarem as suas identidades sociais e, assim, definirem as suas especificidades. Por último, na função justificadora, as representações são responsáveis por orientarem os comportamentos, elas também permitem que eles sejam justificados, ou seja, isso significa que os indivíduos justificam muitas de suas condutas por meio das representações.

Para se compreender como ocorre o fenômeno das representações sociais, como defende Moscovici, é importante entender que a finalidade de todas as representações é tornar familiar aquilo que é não familiar. Isso porque a dinâmica das relações é uma dinâmica de familiarização, em que objetos, pessoas, sentimentos e acontecimentos são percebidos e compreendidos a partir de prévios encontros, de coisas já vistas, ouvidas, vividas ou sentidas.

Aceitar e entender o que nos é familiar, o que já estamos acostumados; construir nossos hábitos a partir disso é uma coisa, porém, escolher isso como padrão de referência e medir tudo o que acontece e o que é percebido é um tanto quanto diferente. No entanto, essa consciência nos ajuda a avaliar o que é incomum ou anormal, isto é, o que é não familiar.

O não familiar atrai e intriga os indivíduos e os grupos, ao mesmo tempo que os obriga a tornar explícitos aqueles pressupostos antes implícitos e que são básicos ao consenso. No momento em que algo “não é exatamente como conhecemos”, nossa primeira reação, por sinal, instintiva, é a de rejeitar, uma vez que temos a impressão de esse algo estar nos ameaçando. Talvez seja porque tudo com que não temos costume nos cause certo temor. Uma coisa é certa: nós, enquanto sujeitos, sempre necessitamos associar as situações que vivemos com outros fatos semelhantes pelos quais já passamos ou ouvimos. Necessitamos familiarizar-nos.

Ao nos familiarizarmos, superamos o problema e o integramos ao nosso mundo mental e físico, enriquecendo-o e transformando-o. Para Moscovici, a re-apresentação, enquanto ato, é uma maneira de transferência do exterior para o interior, do longínquo para o próximo, de tudo que é perturbador ou capaz de

trazer ameaça ao nosso universo. Essa transferência “é efetivada pela separação de conceitos e percepções normalmente interligados e pela sua colocação em um contexto onde o incomum se torna comum, onde o desconhecido pode ser incluído em uma categoria conhecida” (MOSCOVICI, 2005, p. 57).

Para explicar esse fenômeno, Bartlett (1961, p. 178 apud MOSCOVICI, 2005, p. 59) diz que quando um material visto tem a pretensão de ser representativo de algum objeto comum, mas é portador de características que são não-familiares à comunidade a quem é apresentado, essas características sofrem transformação em direção ao que é familiar.

Por fim, convém ressaltar que Moscovici (2005) contribui com o entendimento de que a teoria das representações sociais é responsável por disponibilizar “um referencial interpretativo tanto para tornar as representações visíveis, como para torná-las inteligíveis como formas de prática social” (MOSCOVICI, 2005, p. 25). Nessa esteira de ideias, podemos firmar a compreensão de que as representações sociais dão sustentação a uma disciplina tanto social como psicológica, colaborando, assim, com a Psicologia Social.

5 ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO: MECANISMOS DE FAMILIARIZAÇÃO

A finalidade das representações sociais é transformar o que é estranho em familiar, no entanto, não é tão fácil transformar palavras, ideias ou seres não familiares em usuais, próximos e atuais. Para tanto, necessita-se pôr em funcionamento dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação (MOSCOVICI, 2005).

A ancoragem é o processo em que transformamos o que nos é estranho em algo conhecido, dotado de contextos familiares. É interpretarmos um objeto que anteriormente possuía um contexto inteligível. Compararmos uma ideia estranha a um paradigma conhecido. Pela ancoragem classificamos e damos nomes às coisas. “Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2005, p. 61).

Quando classificamos aquilo que não se pode classificar e damos nome àquilo que não tem um nome, nós somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. Aquilo que antes era desprovido de qualquer sentido, agora se torna algo próximo e a ele podemos atribuir algum valor, seja positivo ou negativo. Como leciona Moscovici: “classificar algo significa que nós o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é ou não é, permitido em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe” (MOSCOVICI, 2005, p. 63).

Um detalhe é importante frisar: quando classificamos e categorizamos um indivíduo, por exemplo, nós não o conhecemos e nem o compreendemos, apenas

tentamos reconhecê-lo, descobrir que tipo e a que categoria de pessoa se enquadra. Nós fazemos isso generalizando ou particularizando. Tal classificação não é uma escolha intelectual, mas reproduz uma atitude específica para com o objeto, um desejo de defini-lo como algo normal ou anormal. Nesse ponto, inúmeras vezes, acabam por surgir os “preconceitos”, que somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura.

Por sua vez, a objetivação vai unir a ideia de não familiaridade com a realidade, o abstrato com o concreto. Ela reproduz um conceito em imagem, descobre “a qualidade icônica de uma ideia ou ser impreciso” (MOSCOVICI, 2005, p. 71). Portanto, objetivar é materializar abstrações, é dar-lhes sentido concreto.

Todos os dias, em nosso contexto, ouvimos vários termos que aparentemente não possuem para nós sentido algum, mas procuramos dotá-los de significados equivalentes. Nós vemos necessidade de ligá-los a algo, encontrar sentidos não verbais de igual valor, formar imagens. Isso é a objetivação.

A cultura nos instiga a construir realidades a partir de ideias geralmente significantes. Dentre algumas razões para isso é que a sociedade quer apropriar-se e transformar em características comuns o que pertence a um campo ou esfera específica. Muitos estudiosos tentam compreender esse fato. Para explicar melhor, Moscovici afirma que:

Através da objetivação do conteúdo científico da psicanálise, a sociedade não confronta mais a psicanálise ou o psicanalista, mas um conjunto de fenômenos que ela tem a liberdade de tratar como quer. A evidência de homens particulares tornou-se a evidência de nossos sentidos, um universo desconhecido é agora um território familiar. O indivíduo, em contato direto com esse universo, sem a mediação de peritos ou de sua ciência, passou de uma relação secundária com seu objeto para uma relação primária e esse pressuposto indireto de poder é uma ação culturalmente produtiva (MOSCOVICI, 1961/1976, p.106 apud MOSCOVICI, 2005, p. 75).

Nós encontramos inseridos em nossa fala, em nossos sentidos e em nosso ambiente, de uma maneira anônima, elementos que são preservados e colocados como material comum do cotidiano, cuja origem nos são obscuras ou desconhecidas. Ao trabalharmos com as representações sociais podemos entender isso, de onde vem isso e como representamos a partir desses elementos a nossa realidade, as nossas ações, os nossos sentimentos.

6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Várias mudanças estão sendo percebidas no interior de nossas escolas, em que o ato pedagógico-educativo está sendo ressignificado. Isso está ocorrendo

devido às “exigências histórico-educativas para a autonomia da escola e a democratização de sua gestão” (KLIPPEL; WITTMANN, 2010, p. 80), demandadas pelos avanços teórico-práticos da educação e de sua administração.

A gestão escolar deve ser uma tarefa de todos os envolvidos no ambiente escolar, além de ser caracterizada pela participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões. Como afirma Luck (2000):

A gestão participativa é normalmente entendida como uma forma regular e significativa de envolvimento dos funcionários de uma organização no seu processo decisório. Em organizações democraticamente administradas – inclusive escolas – os funcionários são envolvidos no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, no estabelecimento, manutenção, padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente às necessidades do cliente. Ao se referir a escolas e sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico (LUCK, 2000, p. 15).

O conceito da gestão democrática está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e à sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos. Pois, como afirma Bruel (2010, p. 64), a gestão democrática “é a manifestação do reconhecimento social do valor universal da democracia”.

A prática da gestão escolar democrática tem como elemento fundamental o humano e é realizada tomando por base a prática social, cuja identidade é “construída na multiplicidade das determinações sociais” (KLIPPEL; WITTMANN, 2010, p. 49). Todo o seu sucesso depende da opinião e das realizações das pessoas envolvidas.

Ouvir e compreender as falas dos pais, alunos, professores e de todos os demais envolvidos com a escola é o primeiro passo para desencadear um movimento de participação popular na escola. Para tanto, percebe-se a necessidade das relações entre as pessoas, os grupos e os povos, no seu contexto sócio-histórico. Desse modo, podemos fazer uso da Teoria das Representações Sociais na compreensão desse contexto.

O conhecimento do contexto em que o indivíduo se encontra é importante para a análise de muitas decisões tomadas. Esse ponto é crucial na análise procedida com base no referencial das representações sociais. Assim, aspectos históricos, socioeconômicos, políticos e éticos são analisados tomando como base as práticas sociais e os atos distintos que refletem as condições contextuais dos sujeitos. Usar dos conceitos e dos métodos das representações instrumentaliza a

atuação pedagógica, pois desvela, por meio de informações a respeito das condições socioeconômicas e culturais, o contexto. E, o mais importante, possibilita uma atuação que modifique as representações sociais e consequentemente o imaginário dos indivíduos em relação à escola e à gestão escolar.

O trabalho no campo educacional não pode desconsiderar o sujeito enquanto ser histórico, mergulhado em determinada realidade social e familiar, marcado por questões que envolvem sua visão de mundo, suas expectativas e dificuldades de vivência. As elaborações mentais construídas no processo social e apreendidas pelas representações sociais são fundamentais para o trabalho dos gestores, porque permitem a leitura desse sujeito a partir de sua dinâmica entre a “atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento” (FRANCO, 2004, p. 172).

Segundo Moscovici (2005), as representações sociais são responsáveis por muitas das decisões que tomamos. Contribuem, com isso, para compreender fatos complexos, que se referem às maneiras pelas quais significados são atribuídos aos objetos, estruturados e organizados pelas pessoas em suas trocas, como conhecimentos compartilhados.

Em pesquisa realizada, Achilles e Molina (2011) compreenderam que diretores de escola, em suas atuações diárias, mobilizam representações sociais sobre gestão, democracia, escola e outras mais. Essas, por sua vez, influenciam diretamente o modo como o diretor exerce as suas funções.

No que tange às representações sociais na prática da gestão escolar democrática, podemos utilizá-las para entender o modo como as políticas educacionais são implantadas, como são repassadas as informações para a tomada de decisões e como são feitas essas decisões, além de utilizá-las para avaliar as relações entre direção, professores, pais, estudantes com as atividades da escola.

As representações sociais como sistemas autônomos de significações sociais são entendidas como a condição de resultado de compromissos contraditórios imbricados no dual em fatores ideológicos e de restrições relacionadas ao funcionamento efetivo do sistema escolar, em que o peso dessas restrições aparenta ser mais intenso, de modo a afetar os indivíduos mais diretamente. Assim, “Vê-se, então que, face a uma instituição que está longe de realizar nos fatos as mudanças esperadas, os indivíduos se apoiam, para guiar e justificar seus comportamentos, em sistemas representacionais que privilegiam mais frequentemente elementos e esquemas de forte inércia” (GILLY, 1989, p. 382 apud ALVES-MAZOTTI, 2008, p. 40).

A valorização das representações sociais como categoria analítica na área da educação é entendida como um avanço de recorte epistemológico que contribui para o enriquecimento e o aprofundamento de paradigmas desgastados em função dos novos tempos e desafios. Elas representam um ingrediente na compreensão da sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas considerações realizadas no decorrer do presente estudo, nota-se que as representações sociais têm sido disseminadas em diversos campos científicos – sociológico, psicológico, linguístico. Adotar as representações sociais na prática da gestão escolar democrática é vê-las como indicadores primordiais refletidos no cotidiano de professores, estudantes, pais e demais profissionais inseridos na dinâmica da instituição escolar.

Por intermédio das representações sociais, pode-se compreender como é a sociedade em que os atores da educação convivem, para, então, realizar um trabalho mais eficiente nas escolas. Pode viabilizar ao gestor fazer uso de dados do conhecimento do contexto em que os indivíduos se encontram para a tomada de decisões, além de reconhecer os passos para conduzir uma participação coletiva na instituição. Dessa forma, pode-se dizer que a efetivação da gestão democrática passa, em primeiro lugar, pelo reconhecimento das representações desses indivíduos em relação ao tema e, em segundo lugar, pela (re)construção dessa representação no imaginário deles. Ou seja, a própria constituição da gestão democrática na escola é um ato educativo de (re)constituição de representações sociais e de imaginários.

A consciência da importância das representações sociais na gestão escolar motivou a construção deste trabalho que apresentou um panorama dos aspectos teóricos basilares para uma análise que se decida por eleger os pressupostos teóricos das representações sociais para produzir estudos no campo educacional, em especial, no que diz respeito à gestão democrática.

Partindo do presente trabalho, podemos realizar futuras pesquisas motivadas por indagações a respeito do cotidiano da vida das pessoas. Cotidiano esse que a escola permeia. Assim, ressalta-se que este estudo procurou mostrar somente algumas leituras da Teoria das Representações Sociais e da sua utilização na gestão escolar democrática, um campo que ainda precisa ser mais explorado.

REFERÊNCIAS

- ACHILLES, H. C.; MOLINA, R. K. Gestão Democrática: representações sociais de diretoras de uma rede municipal da região metropolitana de Porto Alegre – RS. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE.** 7-10 nov. 2011. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, p. 1566-1577, 2011.
- ALEXANDRE, M. Representação social: uma genealogia do conceito. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, jul./dez. 2004.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. **Múltiplas Leituras**, v. 1, n. 1, p. 18-43, jan./jun. 2008.

BRUEL, A. L. de O. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010.

FRANCO, M. L. P. B. Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência. Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 169-186, jan./abr. 2004.

HOROCHOVSKI, M. T. H. Representações sociais: delineamentos de uma categoria analítica. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. **Em Tese: Santa Catarina**, v. 2, n. 1 (2), p. 92-106, jan./jun. 2004.

KLIPPEL, S. R.; WITTMANN, L. C. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010 (Série Processos Educacionais).

LUCK, H. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

MACEDO, A. K. S.; PASSOS, G. de O. O habitus na construção de representações sociais. 2006. Disponível em: <http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt16/GT16_2006_10.PDF>.

MAIA, L. de S. L. **Analisando a aula de Matemática: um estudo a partir das representações sociais da Geometria**. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/emanped/paginas/conteudo_producoes/docs_25/analizando.pdf>. Acesso em: 8 set. 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em Psicologia Social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

VALLE, L. D. **As representações sociais do professor de Artes Visuais no Ensino Médio e sua relação com a construção do conhecimento artístico do aluno**. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.